



MEIO AMBIENTE

Cerrado aguarda ações mais efetivas

Especialistas defendem modernização de políticas contra desmatamento e maior participação da sociedade no debate

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Incêndio em área próxima ao Aeroporto de Brasília: calor e umidade baixa aumentam riscos no Cerrado

» RAPHAEL PATI
» CAETANO YAMAMOTO*

Com mais de 2 milhões de quilômetros quadrados, em uma área que supera países como México, Indonésia e Mongólia, o cerrado é o segundo maior bioma da América Latina, além de possuir uma das maiores biodiversidades do mundo. Cerca de 20 milhões de brasileiros vivem na região, incluindo povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas, além de cerca de 332 mil espécies de animais e plantas. Diante disso, o dia 11 de setembro também é a data em que se recorda a importância desse bioma a nível nacional e internacional.

Apesar de seu enorme valor, o cerrado foi o segundo bioma mais ameaçado em relação à perda de biodiversidade em 2024. Segundo o MapBiomias, em 2024, o bioma teve a maior área desmatada do Brasil. Foram desmatados 652.197 hectares, o que representa mais da metade (52,5%) do total desmatado no país ao longo de todo ano. De acordo com o doutor em desenvolvimento sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), Christian Della Giustina, o cerrado é considerado um hotspot — característica conferida a uma região com rica biodiversidade e alto grau de ameaça. O desmatamento do bioma vem sendo explorado desde a década de 70, na Revolução Verde, como recorda o especialista. “Essa agricultura se expandiu, principalmente, nas áreas planas, das chapadas. Hoje, basicamente, o que a gente tem de remanescente da vegetação nativa, são áreas acidentadas, que a agricultura não consegue aproveitar. Não consegue botar um trator, por causa do relevo acentuado” frisa o especialista.

De acordo com o MapBiomias, a região Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) concentrou 75% do desmatamento do Cerrado e cerca de 42% de toda a perda de vegetação nativa no país no ano passado — os quatro estados estão entre as cinco unidades federativas que mais desmataram em 2024. O Maranhão liderou o ranking pelo segundo ano consecutivo, mesmo com redução de 34,3% na área desmatada, que atingiu 218 mil hectares no ano passado.

Desafios

Além de concentrar os maiores níveis de desmatamentos no país, o Cerrado lida com outra



É preciso preparar o Cerrado com uma nova política de combate a incêndios que possa fazer frente a essa era ocasionada pelas mudanças climáticas. O Brasil deverá estabelecer sistemas não só operacionalmente mais efetivos e seguros, mas também deverá estar tecnicamente mais aparelhado com corpo de combate a incêndios com aeronaves

Carlos Bocuhy, presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental

estatística indesejável há anos: é o bioma com a maior incidência de focos de incêndio em todo o país. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no ano passado, o satélite que monitora as ocorrências registrou um crescimento de 100% nos incidentes de queimadas na região, em relação a 2023, com 53.233 identificados. Somente neste ano, a estatística já passa dos 28 mil, com a possibilidade de um crescimento ainda mais expressivo, pois o período de seca deve se prolongar por mais um mês, pelo menos.

O presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), Carlos Bocuhy, defende que as medidas para a contenção de incêndios sejam mais efetivas. Ele cita, como exemplo, a criação de um corpo de combate a incêndios para o bioma, que permita também atuação preventiva com maior monitoramento para identificar focos de incêndio a tempo de agir para conter as chamadas.

“É preciso preparar o Cerrado com uma nova política de combate a incêndios que possa fazer frente a essa era ocasionada pelas

mudanças climáticas. O Brasil deverá estabelecer sistemas não só operacionalmente mais efetivos e seguros, mas também deverá estar tecnicamente mais aparelhado com corpo de combate a incêndios com aeronaves, com uso de mais tecnologia para prevenção e combate”, avalia Bocuhy.

Para o presidente do Proam, Carlos Bocuhy, ainda está distante o horizonte em que o Cerrado obtenha uma proteção efetiva contra a soma de fatores de risco. “Sobre o Cerrado se aplicam os tratados internacionais de proteção da diversidade biológica, de combate à desertificação e para a contenção das mudanças climáticas. Temos leis e temos tratados, faltam boas políticas de gestão e também vontade política”, considera.

Na avaliação do professor Christian Della Giustina, as Unidades de Conservação de proteção integral são instrumentos eficientes para preservar a biodiversidade e garantir a perpetuação de espécies animais e vegetais no Cerrado. Entretanto, o especialista alerta para a ausência de corredores ecológicos — faixas de terra ou água que conectam áreas de vegetação nativa ou unidades de conservação fragmentadas, permitindo o movimento de animais e a dispersão de plantas — para o fortalecimento e revitalização da fauna e flora já perdida ou danificada.

O especialista em desenvolvimento sustentável enumera outros fatores relevantes para a proteção do Cerrado. Educação ambiental, uso planejado de recursos naturais, otimização de processos produtivos e prevenção da contaminação e erosão do solo são algumas das medidas apontadas. Mas ele defende, sobretudo, o maior engajamento da sociedade civil.

“A população é uma das partes importantes no processo de gestão dos recursos naturais. Você tem os conselhos, os comitês e outras instâncias. Normalmente esses conselhos têm uma paridade entre instituições públicas e a sociedade civil organizada. É importante que a sociedade se organize para poder participar desses conselhos, porque o gestor tem uma visão, e o cientista tem outra”, comenta o especialista. “A população que está vivendo ali no dia a dia tem uma terceira visão, que é tão importante quanto as outras duas”, argumenta Giustina.

***Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

Marina defende cooperação

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, defendeu que ações ambientais exigem parceria e solidariedade, principalmente em um contexto global difícil, com guerras em várias regiões do mundo, inclusive guerras tarifárias e contra a soberania.

“Não há como o governo fazer as coisas se não for em parceria com os estados, com os municípios, com a comunidade científica, com a sociedade”, reforçou durante a abertura do Seminário Governança Climática em Brasília. O encontro reuniu técnicos dos governos federal e subnacionais com setores estratégicos da sociedade para tratar da construção e condução da agenda climática no país.

“Queremos que as políticas públicas possam contar com essa capacidade coletiva de formular as políticas públicas, porque já estamos vivendo sob os efeitos da mudança do clima”, defendeu a ministra. Marina Silva lembrou que o Brasil já conhece o desafio, com estudos que apontam 1.942 municípios vulneráveis à emergência climática, que exigem mais do que mitigação e adaptação para enfrentá-la.

Para a ministra é necessária uma transformação com políticas públicas continuadas e articulação para que todos possam participar. “Longe de ser uma limitação, [a urgência climática] é uma ampliação do horizonte, um novo ciclo de prosperidade. Quanto

mais emprego para adaptar, quanto emprego para transformar. Não é só adaptar e mitigar, é transformar o modelo de desenvolvimento insustentável em um modelo sustentável”, afirmou.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, por sua vez, afirmou que o apelo de Marina Silva “é um convite à reflexão e à ação, às vésperas da COP30, em Belém, no sentido de consolidar o federalismo cooperativo na agenda climática, para que as mudanças nas diferentes esferas de governo possam colaborar entre si e conjuntamente com as instituições da sociedade civil, assegurando a efetividade dos nossos esforços na mitigação e adaptação às mudanças climáticas”. (Agência Brasil)



ASTRAL

CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL



- DESINSETIZAÇÃO;
- DESRATIZAÇÃO;
- DESCUPINIZAÇÃO;
- CONTROLE DE INSETOS ALADOS;
- LIMPEZA DE ESPELHOS D'ÁGUA;
- LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.



(61) 3364-4050